

Foi, aliás, com base nesta verificação que todos os parceiros sociais, à excepção da CIP, assinaram um acordo de concertação social a defender as medidas que seriam depois consagradas na lei de 2000.

Fica, pois, em sérias dúvidas a «evidência» das vantagens, em matéria de protecção social, da competição e da livre iniciativa do capital. Não se vê por que são estes princípios menos ideológicos do que os outros e isso evidencia-se ao perceber-se quem os defendeu: a CIP, o PSD e o PP.

Seria, porém, terrível se, por via da crítica apresentada, se prestasse menos atenção a um conjunto de análises que seriam mera história do processo de reforma da segurança social com vista a assegurar a sustentabilidade financeira do sistema de pensões se os pressupostos dessas análises não tivessem voltado a ganhar actualidade com a iniciativa do governo PSD/PP de reformar a reforma num sentido muito próximo do advogado por Correia de Campos.

Aconselha-se, de facto, a quem pretenda conhecer com rigor os parâmetros principais da reforma e o conteúdo de noções e conceitos que ela envolve — isto é, para quem quiser conhecer a agenda da reforma — uma leitura atenta da terceira e última parte deste livro, onde eles são apresentados com exemplar rigor e sistematicidade.

Tais parâmetros são o limite da primeira pensão a assegurar pelo sistema (existência ou não de «plafonamento»), a eventual necessidade e a natureza de uma segunda pensão, a

forma de gestão da segunda pensão, a idade legal da reforma, as taxas de substituição e de formação da primeira pensão, o período retido para cálculo da mesma, o financiamento da fase de transição do sistema em vigor até 2000 para o novo sistema, o problema dos critérios e condições para a actualização das pensões, as vantagens e limites da capitalização pública e o sistema de financiamento da segurança social.

As posições manifestadas na Comissão a respeito de cada um destes tópicos, bem como as propostas dos diferentes partidos e a do governo em cada uma das matérias, são detalhadamente revistas, fornecendo assim ao leitor a percepção de um amplo leque de opções que o ajudarão a julgar melhor — de preferência com o complemento dos estudos não referidos na obra — sobre as opções para o futuro de tão importante pilar da sociedade portuguesa.

LUÍS CAPUCHA

Paula Godinho, Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962), Oeiras, Celta Editora, 2001, 360 páginas.

O importante novo livro de Paula Godinho, baseado na sua dissertação de doutoramento em Antropologia na Faculdade de Ciências Sociais e Hu-

manas da Universidade Nova de Lisboa em 1998, analisa a cultura e comportamento políticos do proletariado agrícola do Sul de Portugal durante o auge da ditadura de Salazar. Mais especificamente, a autora foca em particular o período entre 1958 e 1962 — período esse em que os conflitos sociais, tanto no país como no estrangeiro, começaram a fazer-se sentir, ameaçando o regime corporativo e o *status quo* colonial. Partindo dos estudos seminais de Manuel Villaverde Cabral (1974 e 1978) e Fernando Oliveira Baptista (1978 e 1994), José Pacheco Pereira (1980 e 1983), José Tengarrinha (1994) e L. D. Raby (1988), entre outros, Paula Godinho examina neste livro uma época pouco estudada dos movimentos sociais do Portugal rural, recorrendo para o efeito a numerosas histórias orais. *Memórias* constitui uma obra de leitura extremamente densa, mas em última instância gratificante, que contribuirá de modos significativos para a história dos conflitos sociais na Europa meridional, as teorias dos movimentos sociais, a consciência política do proletariado rural e a importância da memória colectiva para o desenvolvimento de «culturas de solidariedade» (quanto a este último tema, v. Fantasia, 1989).

Aquilo que torna este livro particularmente bom é o facto de ir além das preocupações bastante «típicas» da literatura de sociologia rural/antropologia política na Europa meridional¹,

¹ Para alguns textos clássicos nesta área específica, v. E. Banfield, *The Moral Basis of a Backward Society*, Chicago, Free Press, 1958,

lidando com questões teóricas mais amplas de particular importância contemporânea. Em muitos aspectos, o livro de Paula Godinho constitui um *tour de force* de saber interdisciplinar. Seguindo as melhores tradições da literatura dos movimentos sociais, ao estilo de James Scott (1976 e 1985), Doug McAdam (1999) e Charles Tilly (1986), Paula Godinho parte de um estudo de caso histórico específico para chegar a conclusões mais amplas que apelam a (e merecem ser lidas por) uma audiência mais vasta. Por esta razão é imperativo que o livro seja publicado (num formato muito mais condensado) em inglês. Mais à frente abordarei este assunto de um modo mais pormenorizado. Quais são, pois, os principais contributos e argumentos da autora?

Em termos metodológicos, o estudo de Godinho sobre o Couço — uma aldeia do concelho de Coruche, entre o Alentejo, tradicionalmente latifundiário, e o Ribatejo, uma região de maior transição — coloca as histórias orais e as memórias colectivas dos trabalhadores rurais no centro da análise. Combinando pesquisas nos

J. Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, J. Corbin, «Social class and patron-clientage in Andalusia: some problems of comparing ethnographies», in *Anthropological Quarterly*, 52 (2), Abril de 1979, pp. 99-114, D. D. Gilmore, *The People of the Plain. Class and Community in Lower Andalusia*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1980, e J. Pitt-Rivers, *The People of the Sierra*, Chicago, University of Chicago Press, 1961.

arquivos da PIDE da Torre do Tombo com uma extensa análise arquivística ao nível local e um período de catorze meses de observação participante em meados dos anos 90, a autora triangula as suas fontes de um modo muito sofisticado. Não obstante, o aspecto que mais se destaca são as entrevistas que realizou a activistas locais que eram membros clandestinos do Partido Comunista Português (PCP) e que participaram activamente nos *levantamentos* de 1958-1962. Os indivíduos em questão sofreram pessoalmente a força da repressão ditatorial às mãos da PIDE. O livro inclui uma excelente secção (parte 5) onde as técnicas de tortura específicas utilizadas pela PIDE são recordadas em todo o pormenor por aqueles que as sofreram. Estas histórias orais são de leitura compulsiva e recordam-nos uma vez mais o porquê de a Amnistia Internacional ter surgido em resultado das actividades da PIDE em Portugal. Atendendo a que as novas gerações portuguesas possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre este período da sua história, resta-nos esperar que algumas das transcrições de Paula Godinho cheguem às salas de aulas das escolas secundárias do país (supondo que existam ainda alguns professores dispostos a roubar algum tempo aos *Descobrimientos* para falarem da natureza da ditadura de Salazar). Esta secção, por si só, bastaria para nos permitir afirmar que a atenção que Paula Godinho dedica à história oral ilumina e enriquece o nosso conhecimen-

to do comportamento do regime salazarista. Além de nos ajudar a contextualizar o seu lugar dentro da literatura comparativa dos autoritarismos.

Um segundo contributo das histórias orais diz respeito à sua capacidade de lançarem luz não apenas sobre os casos inequívocos de rebelião colectiva que tiveram lugar no Alentejo ao longo dos séculos XIX e XX, como também, de modo mais importante ainda, sobre as mais frequentes mas menos visíveis estratégias de resistência quotidiana utilizadas pela população rural. Não obstante a quase total carência de recursos materiais dessa população e os esmagadores instrumentos de repressão que contra ela foram utilizados, o livro de Godinho ilustra o modo como funcionavam «as armas dos fracos» (Scott, 1985) no contexto rural português. Ou seja, por meio de formas quotidianas de luta ideológica, como a insubordinação social (todo um conjunto de atitudes, desde recusar tirar o chapéu em deferência na presença de pessoas de posição social superior, argumentar contra as mesmas, recusar participar em actividades religiosas que eram entendidas como representando os interesses dos poderosos locais), os furtos, o abrandamento do ritmo de trabalho, os mexericos sobre os poderosos e a sua incapacidade de trabalharem honestamente e outras «furtivas» técnicas de resistência, o proletariado rural do Alentejo conseguiu criar uma «cultura de resistência» que viria a revelar-se o mais importante recurso do PCP nes-

sa região. De diversas maneiras, esta «cultura de resistência», que é em si mesma um produto da memória colectiva, assumiu-se como o terreno fértil onde os muito mais raros momentos de acção colectiva propriamente dita puderam florescer e ganhar raízes. Estas formas de luta mais prosaicas tornaram-se uma parte importante da cultura política dos trabalhadores durante a ditadura, já que tais estratégias quotidianas de resistência eram, tipicamente, as únicas às quais os camponeses podiam recorrer.

Além disso, a autora tem também o cuidado de mostrar que esta microcultura de resistência e igualitarismo social, cultivada pelo PCP após a fundação do partido, em 1921, dificilmente pode ser entendida como uma importação estrangeira, introduzida na região por uma vanguarda revolucionária ilustrada. Pelo contrário, Paula Godinho mostra o modo como as condições sócio-económicas que lhe deram origem — falta de terras generalizada, desemprego sazonal e migração para as cidades, emprego grupal em tarefas funcionalmente indiferenciadas, a *praça de jorna* e a forte consciência sindical, laços vicinais bem desenvolvidos em resultado da proximidade física dos camponeses, entre outros factores — estavam já bem estabelecidas na região em finais do século XIX (capítulo 4). E no capítulo 10 a autora ilustra habilmente o modo como esta cultura local de resistência se relacionava com acontecimentos muito mais amplos que transcendiam a própria

comunidade local. Como afirma Paula Godinho: «Com o pano de fundo das classes sociais, a cultura de resistência edifica-se sobre uma memória, eventualmente assente na genealogia pessoal, mas sobretudo alicerçada num espaço que a materializa [...] Esta cultura resistente é fortemente operativa e, mercê de condições conjunturais, realiza a passagem do registo escondido às formas expressas através do reconhecimento dos repertórios de luta que é basilar à edificação de um movimento colectivo» (pp. 128-129).

O livro de Paula Godinho ajuda-nos ainda a compreender o modo como o PCP funcionava realmente a nível local durante a ditadura e as razões para o seu amplo apoio entre o proletariado rural do Alentejo. Infelizmente, até há bem pouco tempo o nosso conhecimento sobre esta questão foi muito obscurecido por reacções a diferentes aspectos da revolução social de 1974, em particular à reforma agrária. Durante o período de reacção pós-revolucionária, diversos historiadores e cientistas sociais, tanto estrangeiros como nacionais, e muitos deles por razões claramente pessoais e políticas, produziram um conjunto de análises desnecessariamente polémicas sobre questões como a de saber se o proletariado rural do Alentejo tinha ou não «fome de terra», se as ocupações de terras foram «forçadas», «não naturais» e/ou conduzidas expressamente pelo MFA e pelo PCP, e se o modelo de quinta colectiva adoptado pela maioria das UCPs durante o período

da reforma agrária não teria sido apenas mais uma inadequada importação soviética imposta à população local por um PCP equivocado. O que todos esses autores não conseguiram ver, à excepção de alguns poucos, como Michael Vester (1986) e Afonso de Barros (1986), foi a relação simbiótica que existiu entre o PCP e uma cultura local intensamente *moralista* de resistência igualitária que precedeu a fundação do partido em 1921.

Godinho não só identifica correctamente a importância desta orientação cultural, como mostra o contributo para o apoio popular ao PCP de outros factores, como as formas locais de capital social (no sentido que Putnam dá ao termo — redes sociais, teias de relações horizontais). A isto se soma o facto de que o PCP era na altura a única alternativa existente para os descontentes do regime. Como afirma a autora:

A remissão desta adesão emocional ao PCP para o domínio religioso, que é feita por Pacheco Pereira (1983, p. 224), não tem em conta a integração desse apego e dedicação no âmbito mais vasto de uma cultura de resistência que, durante praticamente toda a ditadura, só conseguia corporizar-se em termos organizativos no Partido Comunista. O impacto do PCP em termos locais nas povoações do Sul deve ser entendido à luz das construções culturais — logo também elaborações intelectuais — dos trabalhadores rurais [p. 137].

Quanto a este assunto, a investigação de Godinho da memória colectiva deste grupo social particular apoia, em numerosas frentes, argumentos anteriormente defendidos por Cutileiro (1971 e 1977) e Vester (1986). Cutileiro, por exemplo, observou o modo como, na década de 60, os trabalhadores locais continuavam a recordar, ao fim de quase um século, a partilha dos baldios e a sua subsequente reconsolidação por parte de grandes latifundiários. Este autor sugere que os pobres viam na perda dos baldios mais um exemplo de como «os ricos roubaram a terra dos pobres» (1971, p. 23). Independentemente do facto de esta versão da história ser ou não «objectivamente verdadeira»², temos aqui um exemplo de algo a que James Scott chamou «uma forma quotidiana de luta ideológica» (Scott, 1985, capítulo 8), bem como um poderoso testemunho do papel da memória colectiva nos movimentos de protesto social. Paula Godinho mostra de que modo ambos os tipos de luta, o tipo «quotidiano» e as menos frequentes formas de acção colectiva, deram início a uma poderosa consciência social entre o proletariado rural sazonal, consciência essa que amadureceria sob a repressão do regime salazarista. Talvez mais importante ainda, os sucessos e fracassos des-

² V., por exemplo, H. A. Fonseca, «Sociedade e elites alentejanas no século XIX», in *Economia e Sociologia*, 1988, n.ºs 45-46, pp. 63-106, e M. M. Rocha, *Propriedade e Níveis de Riqueza: Formas de Estruturação Social em Monsaraz na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

tas «lutas» forneceram uma espécie de fertilizante moral para o terreno da luta que emergiria durante o período da reforma agrária. Como afirma a autora: «Recordar os momentos altos, épicos, dos levantamentos não é reproduzir esses momentos, mas antes construir um esquema que permita discernir, lembrar, descodificando o passado — esse passado que fornece linhas de continuidade para um sentido de viver local» (p. 337). Menos claro, evidentemente, é o que o futuro reserva a estes arquipélagos comunistas do Sul. Nas suas conclusões, Paula Godinho apresenta algumas pertinentes e necessariamente paradoxais impressões que sugerem alguns caminhos potencialmente ricos para a investigação futura.

Finalmente, que críticas podemos apontar a este livro de outro modo esplêndido? Um primeiro aspecto a apontar, e talvez o mais importante, é que com 360 páginas num corpo de letra absurdamente microscópico, o livro é claramente demasiado longo. O tamanho da letra torna a leitura quase impossível. É bem provável que, a ter sido publicado num corpo de letra de tamanho normal, o livro chegasse a ultrapassar as 700 páginas. O crítico que assina estas linhas está ciente de que tem existido no meio académico português uma certa tendência para converter dissertações de mestrado e doutoramento em publicações com pouco ou nenhum trabalho de edição. Contudo, se pretendemos fazer chegar as nossas ideias a uma audiência mais ampla, é precisamente isto o que não

devemos fazer. Uma dissertação e um manuscrito legível são duas espécies completamente distintas. Resta-nos apenas esperar que Paula Godinho consiga condensar os seus argumentos num manuscrito mais tratável de 200 a 250 páginas que possa ser publicado em inglês e noutras línguas. Não há dúvida de que esta sua investigação merece ser lida fora de Portugal, mas com o seu presente tamanho e densidade tal não acontecerá.

A minha segunda crítica diz respeito ao modelo de investigação utilizado. Se bem que aprecie a profundidade desta análise de um único grupo de enérgicos activistas partidários, e embora aceite que a vida política na maioria das localidades alentejanas possa de facto ser dividida em dois grupos-chave — *nós* (neste caso, os membros do PCP entrevistados por Paula Godinho) e *eles* (todos os restantes e, tipicamente, os apoiantes do PS e os politicamente agnósticos) —, o enfoque exclusivo dos membros do PCP poderá, não obstante, afastar alguns leitores devido ao seu carácter demasiado restrito. Mais importante, o limitado enfoque da autora pode também obscurecer certos traços *comuns* que continuam a caracterizar a cultura política do Alentejo rural. Se Paula Godinho tivesse realizado um conjunto de entrevistas mais amplo, incluindo outros habitantes locais, descobriria, provavelmente, que muitos dos valores culturais expressos pelos seus «ferrenhos» activistas do PCP penetraram também outras classes e

grupos sociais da comunidade, inclusive aqueles que nunca foram membros do PCP nem vítimas das torturas da PIDE. Já defendi noutros artigos (v. Baum, 1998; Baum, a publicar) que este forte igualitarismo é característico dos habitantes desta região, independentemente da sua identificação partidária (PS ou PCP)³, e que em ambos os casos é semelhante facilitado pelas fortes redes sociais que cada um integra dentro da comunidade mais ampla. Evidentemente, estas minhas observações poderão ser mais uma função de preferências disciplinares no que diz respeito a níveis de análise. Seja como for, o livro de Paula Godinho constitui um importante contributo para o nosso entendimento das relações sociais no mundo rural português e da história do PCP. Merece um público mais amplo.

MICHAEL BAUM

Lista de fontes citadas

- BAPTISTA, F. O. (1978), *Portugal 1975 — Os Campos*, Afrontamento, Lisboa.
- BAPTISTA, F. O. (1994), «A agricultura e a questão da terra — do Estado Novo à Comunidade Europeia», in *Análise Social*, n.º 128, pp. 907-921.
- BARROS, A. de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária: O Caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BAUM, M. (1998), «Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois», in *Análise Social*, 33, 4.ª série (148, Maio-Junho), pp. 709-740.
- BAUM, M. (a publicar), *Os Frutos da Reforma Agrária: Poder e Cultura Política no Alentejo*, Lisboa, ICS.
- CABRAL, M. V. (1974), *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal — Séculos XIX e XX*, Porto, Editorial Inova.
- CABRAL, M. V. (1978), «Agrarian structures and recent rural movements in Portugal», in *Journal of Peasant Studies*, 5, (n.º 4, Julho), pp. 411-445.
- FANTASIA, R. (1989), *Culture of Solidarity: Consciousness, Action and Contemporary American Workers*, Berkeley, University of Chicago Press.
- MCADAM, D. (1999), *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*, Chicago, University of Chicago Press.
- PEREIRA, J. P. (1980), «Atitudes do trabalhador rural alentejano face à posse da terra e ao latifúndio», in A. de Barros, *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica: Seminário Realizado de 12 a 14 de Dezembro de 1979*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 163-186.
- PEREIRA, J. P. (1983), *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- RABY, D. L. (1988), *Fascism and Resistance in Portugal: Communists, Liberals and Military Dissidents in the Opposition to Salazar, 1941-1974*, Manchester.
- SCOTT, J. C. (1976), *The Moral Economy of the Peasant*, New Haven, Yale University Press.
- SCOTT, J. C. (1985), *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Yale University Press.
- TENGARRINHA, J. (1994), *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- TILLY, C. (1986), *The Contentious French: Four Centuries of Popular Struggles*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- VESTER, M. (1986), «A reforma agrária como processo social», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 18-19-20 (Fevereiro), pp. 481-516.

³ Ainda que seja menos expressivo nas gerações mais jovens, cujas atitudes culturais e identidades políticas são claramente menos ancoradas do que as das gerações dos seus pais e avós.